



PARECER JURÍDICO

Referente ao Projeto de Lei nº 06/2022:

Altera os incisos II e III, do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.078/2010, que dispõe sobre o estágio de estudantes em órgãos da Administração Pública.

I – Do Relatório;

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 06/2022, de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo modificar a Lei que dispõe sobre o estágio de estudantes em órgãos da Administração Pública. O projeto é composto por 01 (uma) página, e sua justificativa em anexo. É o relatório sucinto.

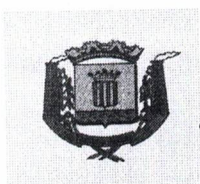
II – Da Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo na Constituição da República Federativa do Brasil (art. 30, I) e na Lei Orgânica Municipal (art. 6º, I).

Trata-se de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 48, II da Lei Orgânica, portanto, sob o aspecto jurídico, nada obsta a regular tramitação do projeto, cabendo aos nobres vereadores a análise em plenário.

III - Do mérito

No que concerne ao aspecto de materialidade do projeto de lei, conforme já visto anteriormente, a proposta apresentada pelo Executivo Municipal possui validade por se tratar de ato que está dentro da previsão legal como uma das atribuições da administração do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO
"BARRA DO RIBEIRO TERRA DA FÁBRICA DE GAITEIROS"

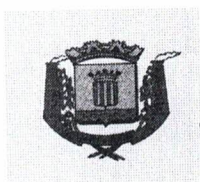


O setor público, diferentemente da iniciativa privada, não atua em busca de lucro, mas de satisfação das necessidades da coletividade e do Estado. Tais serviços são prestados por agentes públicos, que são investidos em cargos e desempenham suas atribuições sob um regime específico, delineado pela Constituição Federal e pela lei, e imprescindível para realização do interesse público, que dizem respeito desde a criação de cargos até a sua extinção, desde o ingresso do servidor na carreira, até que ele a deixe, bem como as formas pelas quais isso se dará.

O estagiário da Administração Pública exerce uma atividade de prestação de serviço no âmbito das repartições, submetendo-se aos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos direitos e das obrigações específicas relacionadas ao trabalho público. No entanto, não obstante os influxos do direito público, essa atividade não é exercida mediante vínculo funcional, decorrente de cargo, emprego ou função pública. O vínculo é formado com base na Lei Federal 11.788/2008 (Lei de Estágio).

No caso específico de nosso Município de Barra do Ribeiro, em atendimento ao princípio da legalidade, a contratação de estagiários é regulamentada pela Lei Municipal nº 2.078, de 21 de julho de 2010 que, em seu artigo 9º, prevê a fixação das bolsas auxílio para nível médio e nível superior no valor de R\$ 400,00 e R\$ 600,00, respectivamente.

O Projeto de Lei em comento pretende alterar este dispositivo para que o valor da bolsa auxílio mensal do estágio de nível médio e superior para R\$ 500,00 e R\$ 750,00, respectivamente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO
"BARRA DO RIBEIRO TERRA DA FÁBRICA DE GAITEIROS"



Assim, não se mostra o projeto portador de mácula a consubstanciar afronta à Constituição Federal ou a lei, estando de acordo com as normas legais, sua viabilidade jurídica é o que se observa.

IV- Conclusão

Ante a fundamentação acima exposta, concluo pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei n.º 06/2022, da forma como foi apresentado.

É o parecer

S. M. J.

Barra do Ribeiro, 15 de março de 2022.

J. Edson C. Royes Jr.
OAB/RS 48.418
Assessor Jurídico do Legislativo